

ABIIS em ação

O ano de 2016 já começou bastante movimentado para a ABIIS. Em nosso trabalho institucional, procuramos nos aproximar de associações setoriais relacionadas às empresas de tecnologia da informação e comunicação, com o objetivo de difundir as propostas apresentadas no livro Saúde 4.0, publicado por nós em 2015. Dessa maneira, buscamos parcerias estratégicas para discutir a internet das coisas na saúde e a importância da segurança, tanto dos dados do paciente, quanto dos dispositivos em si. Também relacionado ao Saúde 4.0, concluímos a tradução do livro para o inglês, o que nos possibilita trabalhar os assuntos da publicação de maneira mais ampla e com novos stakeholders e apresentamos este material para o Ministério da Saúde (CGLAB – Coordenação Geral de Laboratórios e para a SCTIE – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos).

Ainda na área da tecnologia, apoiamos a iniciativa do Projeto Brasil, País Digital – Campanha em defesa da inovação dos dados, capitaneada pela ABES e participamos da reunião do IMDRF – International Medical Device Regulators Forum, realizada em Brasília, que promoveu discussões sobre melhorias para performance e segurança de equipamentos médicos. O IMDRF reúne agências reguladoras do Brasil, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos, Japão, União Europeia e Rússia, o que torna as discussões muito mais produtivas e amplas, visando implementar mecanismos mais eficientes e colaborativos na área de registro de dispositivos médicos. Além disso, participamos da reunião do GECIS – Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde, do qual somos membros.

Outro movimento importante foi a aproximação com a CNI – Confederação Nacional da Indústria, com o objetivo de colaborar com a Agenda Legislativa da Indústria, elaborada anualmente pela entidade. Essa é uma maneira eficaz de levar nossas ideias para um número maior e qualificado de pessoas. A Agenda é o resultado da consolidação de uma consulta realizada pela CNI às 27 Federações de Indústrias e diversas Associações Setoriais. A CNI encaminha as proposições legislativas de interesse do setor

industrial apresentadas no Congresso Nacional, durante o ano, bem como as proposições priorizadas na Agenda Legislativa do ano anterior que continuam em tramitação. Todas as entidades elegem as proposições mais importantes e o respectivo posicionamento sugerido. Esse material é publicado e fica à disposição de parlamentares e da sociedade civil para consulta, acompanhamento e cobrança. No GTE OPME ANS – Grupo de Trabalho Externo de Órteses, Próteses e Materiais Especiais, tivemos participação ativa nos subgrupos de Nomenclatura, Monitoramento de Preços e Protocolos Clínicos. Ingressamos, também, no Fórum de Assessorias Parlamentares de Ciência, Tecnologia e Inovação, grupo de entidades que articula a presença e a execução de ações em prol do fortalecimento da imagem do segmento. Ingressamos, ainda, no Conselho Consultivo do Instituto Ética Saúde, que busca um ambiente de negócios mais ético e transparente na comercialização de produtos médicos.

Já na consulta pública do Ministério da Saúde que discutiu diretrizes para desinvestimento no âmbito do SUS, apresentamos sugestões para que se adote diretriz específica para dispositivos médicos. Participamos, ainda, do lançamento da Frente Parlamentar da Dengue e Incorporação Tecnológica no Enfrentamento das Arboviroses, na Câmara dos Deputados. Finalizamos, em parceria com a AxiaBio, o estudo sobre gargalos na incorporação de tecnologia. E, como ação permanente, continuamos a busca de apoio para questões relativas à redução dos prazos em portos, aeroportos e fronteiras para desembarque de produtos sujeitos à vigilância sanitária. Apoiamos, ainda, a iniciativa do MBC – Movimento Brasil Competitivo para o aperfeiçoamento dos servidores da ANVISA, através das associadas.

Esperamos concluir nosso posicionamento oficial sobre as Boas Práticas em Compras Públicas na Saúde. Continuaremos nosso acompanhamento de cerca de 1.800 proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional e que são de extrema importância para nossa área e, por fim, lançamos nosso novo site – www.abiis.org.br.

Produção na indústria e vendas no comércio

A produção industrial de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e artigos ópticos, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF), do IBGE, apresentou queda de 11,21% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao mesmo período de 2015. No acumulado de 12 meses, houve também recuo, que chegou a 4,7%. As vendas no comércio varejista de artigos farmacêuticos, médicos e ortopédicos, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, apresentaram crescimento de 2,8% no acumulado de janeiro a fevereiro de 2016 e de 2,9% no período de 12 meses, último dado disponível.

O índice de consumo aparente de DMA(s), calculado pela Websetorial para a ABIIS e que procura refletir o comportamento geral do mercado brasileiro de dispositivos médicos, apresentou o seguinte desempenho: no primeiro trimestre de 2016, frente a igual período de 2015, recuo de 14,2%. Na comparação de 12 meses, a queda é de 13,1%.

Tabela 01: Desempenho da produção e das vendas

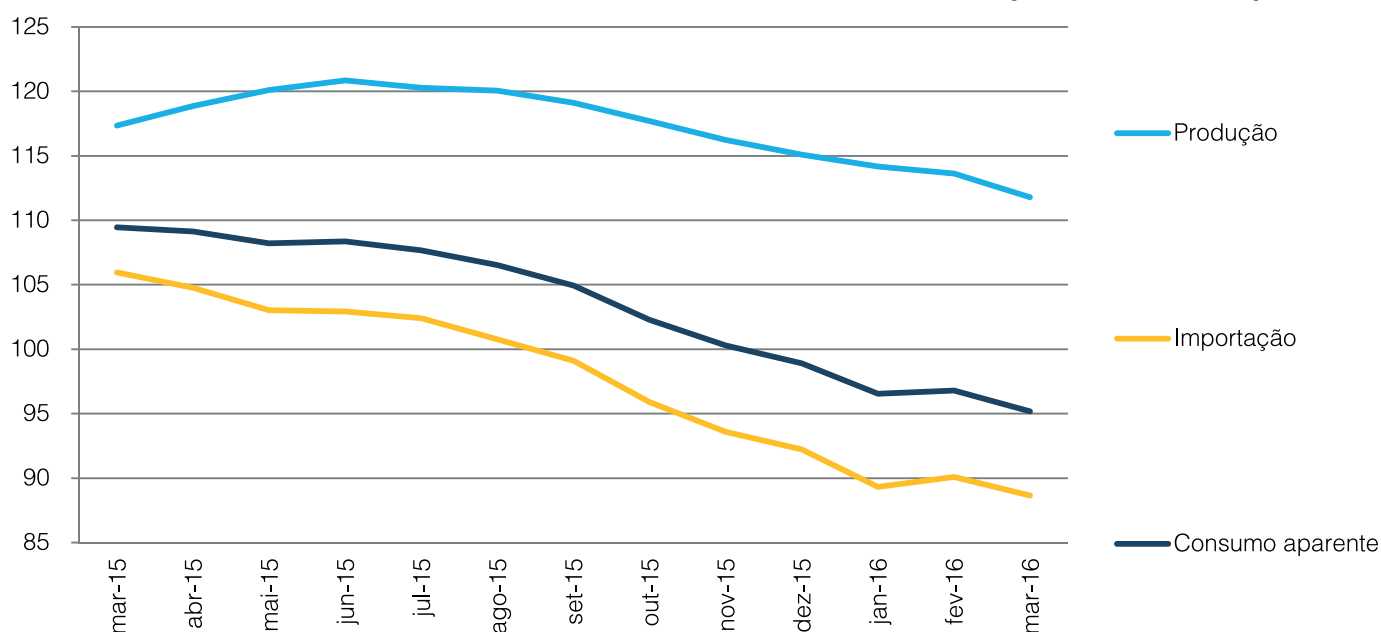
Variação percentual | Janeiro a março de 2016

Segmentos	Variação percentual (%)	
	Ac. ano	12 meses
Produção na indústria		
Instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e artigos ópticos	-11,2	-4,7
Vendas no comércio varejista		
Artigos farmacêuticos, médicos e ortopédicos	2,8	2,9
Índice de consumo aparente		
Dispositivos médicos - DMAs⁽¹⁾	-14,2	-13,1
Diagnóstico in vitro - IVD	-7,6	-10,7
Próteses e implantes - OPME	-9,5	-10,6

Fonte: PIM-PF/IBGE e PMC/IBGE | Elaboração: Websetorial

Gráfico 01: Produção, vendas e consumo aparente

Em número índice | março de 2015 a março de 2016



Fonte: PIM-PF/IBGE e Aliceweb/ SECEX | Elaboração: Websetorial

(1) DMAs - Dispositivos médicos no sentido amplo, ou tecnologias médicas, incluem materiais e equipamentos para medicina e diagnóstico, diagnóstico in vitro (IVD), próteses e implantes (OPME).

Desempenho do emprego no setor

No primeiro trimestre de 2016, segundo dados do CAGED, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, houve a geração de 194 novos postos de trabalho nas atividades industriais e comerciais do setor de Dispositivos Médicos (DMAs), totalizando o contingente de 135.766 trabalhadores nessa atividade, número que não inclui os empregados em serviços de complementação diagnóstica e terapêutica. Entretanto, nos últimos doze meses, o saldo de

trabalhadores alocados no setor é negativo em 2,4%, com a perda de 3.320 postos de trabalho na comparação de março de 2016 com março de 2015. Nesse tipo de comparação, entre os segmentos destaca-se o fechamento de 1.494 vagas de trabalho na indústria de aparelhos eletromédicos, eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação, o que corresponde a 2,5% do contingente nessa atividade.

Tabela 02: Evolução do emprego no setor

Em número e variação percentual | Janeiro a março de 2016

Segmentos	2016	2015	Saldo das contratações	Variação percentual (%)
	Março	Dezembro		
	A	B	A - B	A/ B -1
Emprego				
Indústria de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	5.161	5.277	-116	-2,2
Indústria de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	57.424	57.164	260	0,5
Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico	40.707	40.638	69	0,2
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar	10.567	10.634	-67	-0,6
Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	21.907	21.859	48	0,2
Total ABIIS	135.766	135.572	194	0,1
Serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	229.208	228.620	588	0,3

Fonte: Caged/ MTE e RAIS 2014 | Elaboração: Websetorial

Preços dos produtos para a saúde

No primeiro trimestre de 2016, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, os preços de artigos ortopédicos sofreram reajuste de 0,4%, inferior à variação do IPCA, que atingiu a marca de 2,6% no período em questão. Os preços dos exames de laboratório (1,9%) e os de radiografia (1,8%) não superaram a variação do IPCA no período, fato que não ocorreu com os preços de hospitalização e cirurgia (3,1).

Tabela 03: Preços dos produtos

Variação percentual | Janeiro a março de 2016

Segmentos	Variação percentual (%)	
	Ac. ano	12 meses
Artigos ortopédicos	0,4	18,4
Exame de laboratório	1,9	5,5
Hospitalização e cirurgia	3,1	9,9
Radiografia	1,8	4,1
IPCA	2,6	9,0
Taxa de câmbio	-8,9	10,9

Fonte: IBGE e IpeaData | Elaboração: Websetorial

Comércio internacional no setor

As importações totais de DMAs, no primeiro trimestre de 2016, totalizaram o valor de US\$ 1,2 bilhão, com um recuo de 14,5% em relação ao mesmo período de 2015. No trimestre, houve redução nas importações em todos os grupos de produtos. Em 12 meses a queda nas importações brasileiras de produtos DMAs foi de 16,3%, com recuos em todos os segmentos, destacando-se o de equipamentos médicos, que apresentaram o maior recuo nas importações, de 20,3%.

As exportações do setor alcançaram US\$ 179,6 milhões no acumulado de janeiro a março de 2016, o que representou recuo de 21,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Tabela 04: Importações brasileiras nos grupos de produtos

Em mil dólares e variação percentual | Janeiro a março de 2016

Segmentos	2016		2015		Variação percentual (%)	
	Ac. ano	12 meses	Ac. ano	12 meses	Ac. ano	12 meses
Segmentação por entidade						
ABIIS	1.171.397	4.889.579	1.369.624	5.844.169	-14,5	-16,3
ABRAIDI	347.516	1.491.019	367.558	1.747.600	-5,5	-14,7
CBDL	592.186	2.254.056	631.373	2.538.165	-6,2	-11,2
Segmentação por produto						
Dispositivos Médicos	328.486	1.418.476	391.346	1.710.999	-16,1	-17,1
Materiais e suprimentos	181.905	826.254	238.663	986.799	-23,8	-16,3
Próteses, implantes, partes e peças	146.581	592.222	152.683	724.201	-4,0	-18,2
Equipamentos Médicos	383.751	1.829.769	496.888	2.296.374	-22,8	-20,3
Aparelhos para odontologia	7.527	36.311	10.202	36.488	-26,2	-0,5
Demais equipamentos de uso hospitalar, inclusive laser	189.536	888.004	222.376	1.055.551	-14,8	-15,9
Equipamentos de imagem e seus insumos	82.858	410.343	117.673	513.716	-29,6	-20,1
Equipamentos para laboratório	103.829	495.110	146.637	690.619	-29,2	-28,3
In vitro	452.981	1.609.370	462.530	1.768.132	-2,1	-9,0
Reagentes	452.981	1.609.370	462.530	1.768.132	-2,1	-9,0
Mobiliário	6.179	31.964	18.859	68.665	-67,2	-53,4
Mobiliário	6.179	31.964	18.859	68.665	-67,2	-53,4

Fonte: Aliceweb/ SECEX | Elaboração: Websetorial

Dispêndios com exames de diagnósticos in vitro pela saúde suplementar

A Agência Nacional de Saúde (ANS) passou, a partir do final de 2015, a disponibilizar o acompanhamento de alguns exames e procedimentos para os quais há solicitação de reembolsos junto aos planos de saúde privados. O novo sistema de acompanhamento procura padronizar as ações administrativas, subsidiar as ações de avaliação e acompanhamento econômico-financeiro e assistencial das operadoras de planos privados de assistência à saúde, que contam com 49,7 milhões de beneficiários. O novo banco de dados abrange toda a produção assistencial da saúde suplementar. As informações disponíveis são o

número de exames e procedimentos realizados por mil beneficiários e o valor médio mensal reembolsado pelas operadoras em cada procedimento. Até o momento, só estão disponíveis dados de janeiro a junho de 2015. Novas atualizações ocorrerão no segundo semestre de 2016. De posse dessas informações, a Websetorial fez uma estimativa do dispêndio total anual de cada procedimento pelo sistema com saúde suplementar. O cálculo foi feito multiplicando os valores médios de cada exame pelo número de exames ou procedimentos, dependendo do caso, e pelo número de beneficiários no período de 12 meses. Não foi

possível fazer uma correlação entre os dados da ANS e do SUS, devido à diferença nos sistemas de classificação de produtos entre as duas bases de dados. A Websetorial selecionou os procedimentos de maior interesse para a ABIIS/CBDL, que estão expostos na Tabela 5. Entre os dados da ANS de procedimentos de diagnóstico in vitro selecionados, o exame de “Ureia - pesquisa e/ou dosagem,” foi o de maior valor reembolsado, de R\$ 158,3 milhões, no ano de 2015. Nesse caso, o valor médio por procedimento foi de R\$ 27,5 reais. Foram realizados 9,63 exames por mil habitantes.

Tabela 05: Dispêndio com exames de diagnóstico “in vitro” na saúde suplementar
I No ano de 2015

Procedimentos (ANS)		Estimativa para 2015
Clearance de creatinina	Dispêndio anual - ANS (R\$)	R\$ 1.126.046
	Valor médio do procedimento (R\$)	R\$ 15,8
	Procedimentos/ Beneficiários (1.000)	0,12
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	Dispêndio anual - ANS (R\$)	R\$ 58.914.119
	Valor médio do procedimento (R\$)	R\$ 14,2
	Procedimentos/ Beneficiários (1.000)	6,95
Ureia - pesquisa e/ou dosagem	Dispêndio anual - ANS (R\$)	R\$ 158.307.584
	Valor médio do procedimento (R\$)	R\$ 27,5
	Procedimentos/ Beneficiários (1.000)	9,63
Sangue oculto, pesquisa nas fezes	Dispêndio anual - ANS (R\$)	R\$ 8.438.862
	Valor médio do procedimento (R\$)	R\$ 8,5
	Procedimentos/ Beneficiários (1.000)	1,67
Teste do pezinho básico (TSH neonatal + fenilalanina + eletroforese de Hb para triagem de hemopatias)	Dispêndio anual - ANS (R\$)	R\$ 2.174.084
	Valor médio do procedimento (R\$)	R\$ 68,5
	Procedimentos/ Beneficiários (1.000)	0,05
Teste do pezinho ampliado (TSH neonatal + 17 OH progesterona + fenilalanina + Tripsina imuno-reativa + eletroforese de Hb para triagem de hemopatias)	Dispêndio anual - ANS (R\$)	R\$ 9.315.430
	Valor médio do procedimento (R\$)	R\$ 113,5
	Procedimentos/ Beneficiários (1.000)	0,14
Procedimento diagnóstico em citopatologia cérvico-vaginal oncológica	Dispêndio anual - ANS (R\$)	R\$ 105.288.955
	Valor médio do procedimento (R\$)	R\$ 23,6
	Procedimentos/ Beneficiários (1.000)	7,48

Fonte: ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar

Perspectivas para o setor

SAÚDE PÚBLICA

Investimentos públicos em saúde : Em fevereiro de 2016, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou situação de emergência em saúde pública de interesse internacional, em virtude do aumento de casos de infecção pelo Zika vírus em diversos países e de uma possível relação da doença com quadros registrados de malformação congênita e síndromes neurológicas.

O Brasil, desde o segundo trimestre de 2015, enfrenta aumento dos casos de Zika e simultânea alta nos registros de má formação fetal. Para acompanhar a epidemia, o governo irá acelerar o diagnóstico de microcefalia, fazendo a busca ativa de 4.976 bebês com suspeita de má formação do cérebro. A ação receberá R\$ 10,9 milhões. Diante desse cenário, o Ministério da Saúde destinou cerca de R\$ 4,8 milhões para custear testes rápidos de gravidez por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o Brasil. O objetivo é reforçar a atenção e o cuidado com as gestantes que vivem nos 5.509 municípios que aderiram à Estratégia Rede Cegonha. Para atender aos bebês com má formação, serão construídos três Centros Especializados em Reabilitação (CER). O aporte será de R\$ 7,5 milhões e os novos centros ampliarão a rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência. O objetivo é aumentar a capacidade de atendimento e a oferta de serviços de reabilitação para possibilitar maior acesso dos pacientes e de suas famílias aos tratamentos necessários. O total do investimento anual do Ministério da Saúde para custear o atendimento dos serviços de reabilitação e especializados é de R\$ 650,6 milhões, que podem ser complementados por estados e municípios.

Financiamento à saúde: O governo federal destinará R\$ 5,1 milhões para construção, ampliação ou reforma de 15 Unidades Básicas de Saúde (UBS) em oito estados brasileiros. O objetivo central é melhorar as unidades de saúde existentes e possibilitar a construção de novas. Os recursos terão como origem o Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (Requalifica UBS), que faz parte de uma das estratégias do governo federal para a estruturação e o fortalecimento da atenção básica, principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Gestão da Saúde : A Portaria nº 1.370, publicada pelo Ministério da Saúde, pretende coibir fraudes e outras ações ilícitas na rede pública de saúde, no que se refere a órteses e próteses. Existem mais de 10 mil dispositivos

médicos implantáveis registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). As próteses totais de joelho e quadril híbridas, as mais frequentemente solicitadas, são também as de maior custo. No SUS, as possíveis fraudes acontecem na solicitação de órteses e próteses indevidas, ou seja, próteses indicadas para casos em que não haveria essa necessidade.

Gastos com saúde : Segundo a Associação Piauiense de Municípios (APPM), 50% dos 224 municípios do Piauí apresentam gastos com pessoal no limite determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). As folhas de pagamentos, inchadas por servidores, comissionados e prestadores de serviços, consomem cerca de 60% da receita dos municípios, sendo que o limite da lei é de 54%. O problema se reflete diretamente nos serviços públicos, limitando os gastos com saneamento, saúde e atendimento básico.

Ajuste fiscal : De acordo com dados oficiais, o gasto federal com saúde em 2016 será menor do que o executado em 2015 e também inferior, como porcentual da receita corrente líquida da União, em termos reais. No entanto, a “bancada da saúde” do Congresso Nacional está agindo em duas frentes: uma seria aprovar a PEC 1/2015, que eleva o mínimo de recursos a serem aplicados pela União em saúde, e a outra é derrubar o veto da presidente Dilma Rousseff à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) válida para 2016. O pacto fiscal do governo, denominado Regime Especial de Contingenciamento (REC), criou regras para evitar cortes essenciais. Será uma espécie de regime de exceção que permitirá ao governo cortar gastos considerados essenciais quando a economia crescer menos de 1%. No REC, poderão ser incluídos recursos reservados para o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) e para a saúde.

PLANOS DE SAÚDE

Os planos de saúde representam 60% do valor total alocado na saúde e atendem a ¼ da população brasileira. São 3 milhões de atendimentos por dia e 83% do faturamento desse setor são destinados a cobrir custos. Com a crise, muitas operadoras sairão enfraquecidas. De acordo com a lei, os planos deveriam complementar o SUS, mas foram transformados em planos básicos, praticamente universais, tendo inclusive que indenizar o SUS quando seus beneficiários são atendidos pela rede pública.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) suspendeu a venda de 46 planos de saúde devido a reclamações

Perspectivas para o setor

de beneficiários. A medida faz parte do monitoramento periódico realizado pela agência. O programa analisa trimestralmente o comportamento das operadoras de planos de saúde em relação à assistência prestada a seus beneficiários. Juntos, os planos suspensos têm 314,3 mil beneficiários, que não serão afetados pela punição. Oito operadoras são responsáveis por esses planos, que serão impedidos de receber novos clientes por, pelo menos, três meses, até que melhorem a assistência aos atuais beneficiários. As operadoras também receberão multas entre R\$ 80 mil e R\$ 100 mil.

A crise econômica brasileira e o desemprego afetaram fortemente o mercado de planos de saúde. Em 2015, as operadoras perderam 766 mil beneficiários, a maior parte em planos empresariais, totalmente relacionados ao crescente desemprego. No entanto, nota-se que esse cenário está servindo como combustível para outro serviço: o das clínicas populares, que estão em plena expansão. As consultas populares por empresas como Dr. Consulta, Minuto Med e Acesso Saúde registraram um crescimento de 40%. Somente a Dr. Consulta atende, em média, 25 mil pacientes por mês, em 11 unidades. Até o fim do ano, a empresa pretende inaugurar mais 19 unidades na Grande São Paulo.

Os idosos no Brasil somam 12% dos beneficiários de planos de saúde, a mesma proporção que representam na população brasileira, segundo a ANS. Diante disso, pode-se concluir que boa parte da população idosa tem planos de saúde. No entanto, esses tipos de planos passaram a ser menos comercializados nos últimos anos. Portanto, quem atingiu 60 anos

ou mais terá dificuldades para aderir a um plano de saúde.

Custos: Os planos de saúde estão sendo obrigados a cobrir testes rápidos de sorologia para dengue e chikungunya. Além disso, a ANS ampliou o rol de cobertura dos planos de saúde em algumas especialidades e aumentou o número de consultas por ano. Entre outras inclusões, está o implante de cardiodesfibrilador - espécie de marca-passo que evita a fibrilação em arritmia cardíaca, evitando, assim, mortes súbitas. As operadoras não poderão, no momento, ajustar as mensalidades alegando aumento nessas despesas. De acordo com ANS, o impacto financeiro é calculado anualmente e será avaliado somente para o ajuste de 2017.

O custo com saúde disparou nos últimos anos. As grandes empresas gastam, em média, 12% da sua folha de pagamento com planos de saúde para seus colaboradores. No entanto, os altos custos estão fazendo com que as empresas percam a capacidade de manter esses planos. Somente em 2015, cerca de 300 mil empregados perderam esse apoio. Muitas empresas já buscam planos mais baratos ou maior participação dos seus colaboradores no custeio. Os altos custos são resultado de fatores demográficos e epidemiológicos (envelhecimento e cronificação das doenças), em conjunto com a modernização da tecnologia médica e de ineficiências na prestação de serviço.

Planos de autogestão: Pesquisa realizada pela UNIDAS (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde), entidade que congrega 57 operadoras, revelou que o custo médio anual por beneficiário em 2014 chegou a R\$ 3.690,71, 53% acima do

apresentado em 2010 (R\$ 2.408,79). No período, o custo das internações hospitalares cresceu 45%, passando de R\$ 8.402,95 para R\$ 12.167,33. A maior utilização de procedimentos ambulatoriais e o tempo mais elevado de permanência hospitalar nas internações impactaram os custos assistenciais. Cerca de 26,6% dos beneficiários desses planos têm 59 anos ou mais. Em 2010, essa fatia era de 25,3%. Esse percentual é o maior entre todos os segmentos das operadoras e o dobro da média geral da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que é de 12%.

Planos empresariais : A ANS criou nova norma para os planos de saúde com o objetivo de restringir a venda de planos coletivos empresariais de assistência médica. A medida busca impedir os planos de falsa coletação. As ofertas de planos individuais e familiares estão sendo extintas e, para burlar esse controle, os corretores abrem CNPJs fictícios e oferecem planos empresariais para pessoas físicas. Será permitida a adesão aos planos empresariais de empresas cujo CNPJ tenha sido criado há mais de 12 meses e haverá um limite de contratação de até 30 beneficiários.

QUESTÕES EPIDEMIOLÓGICAS

Câncer: Nos próximos dois anos, segundo o Instituto do Câncer (INCA), 1,2 milhão de pessoas receberão diagnóstico de câncer no País, sendo 57.960 casos/ano de câncer de mama. Três em cada dez brasileiros, ainda segundo o INCA, terão câncer de pele.

Dengue, Zika, Chikungunya e H1N1: No Estado de São Paulo, 53 cidades reportaram casos de microcefalia. Em novembro de 2015 foram registrados

Perspectivas para o setor

126 casos, revelando um importante crescimento em relação a 2014, quando ocorreram 40 casos. A Grande São Paulo e Campinas registraram o maior número de casos, regiões que tiveram índices epidêmicos de dengue em 2015. A burocracia e a falta de infraestrutura têm dificultado o diagnóstico de microcefalia no Brasil. Boa parte dos pais aguardam cerca de três meses para ter um diagnóstico definitivo. Outra grande dificuldade é a locomoção do paciente para a realização do exame. A maioria dos casos permanece sem notificações e cerca de 74% dos casos ainda estão classificados como “em investigação”. O maior percentual ocorre na Região Norte, na qual 87% dos registros seguem sem esclarecimentos. O cronograma de vacinação no Brasil foi antecipado diante do surto de gripe H1N1. Os estados receberam cerca de 25,6 milhões de doses da vacina contra a gripe e, desse total, aproximadamente 5,7 milhões de vacinas foram destinadas a São Paulo, que concentra o maior número de casos.

INOVAÇÃO

Inovação, Internet das Coisas e Saúde: As ciências da vida estão atraindo investidores, uma vez que este tipo de tecnologia vem ganhando força global. As chamadas aceleradoras estão fazendo a ponte entre os empreendedores e os grandes operadores do mercado. Com ideias criativas, foco em demandas emergentes e um grande potencial financeiro, esses aceleradores despertam o interesse de investidores.

Inovações de empresas privadas: Começou a operar no

Brasil a startup indiana Practo, que desenvolveu um aplicativo possibilitando o agendamento de consultas e o registro de resenhas sobre médicos. O aplicativo é utilizado em 15 países e já permitiu o agendamento de 40 milhões de consultas. No momento, o serviço estará disponível apenas para médicos e pacientes da cidade de São Paulo. Cerca de 5 mil profissionais já se cadastraram. A Practo pretende cobrar dos médicos uma mensalidade para que eles possam gerenciar o agendamento de consultas por meio do aplicativo. Para os pacientes, o agendamento e a consulta das informações são gratuitos.

A Consultoria Garner prevê 21 bilhões de “coisas” conectadas até 2020. A ARM, empresa britânica que comercializou 14,8 milhões de chips em 2015 para utilização em aparelhos como smartphones, tablets, PCs, carros e sensores de iluminação, demonstra grande interesse no mercado brasileiro da “internet das coisas - IoT” devido ao grande potencial de desenvolvimento, o que pode trazer grandes vantagens ao Brasil, que está no mesmo patamar de desenvolvimento da internet das coisas dos Estados Unidos e China.

Edital do BNDES: O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) irá contratar estudo sobre a internet das coisas – IoT para efetuar um diagnóstico, avaliando o estágio e as perspectivas de implantação no mundo da tecnologia que faz a conexão entre equipamentos e web. O estudo pretende também promover o desenvolvimento de políticas públicas levando em conta os impactos da IoT na economia, no setor produtivo e no dia a dia.



www.abiis.org.br

